

Sarney governa com amigos. 'Agora'

FLAMARION MOSSRI

"Vou governar com os amigos, prestigiando os que me prestigiam", disse o presidente Sarney a líderes do Centrão que o visitaram no Alvorada, na noite de terça-feira. A comunicação foi feita na presença, também, dos ministros Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães, Ronaldo Costa Couto e Borges da Silveira.

O comentário do presidente foi feito logo após observação do ministro Antônio Carlos Magalhães de que todos os ministros devem prestigiar os integrantes do Centrão, o grupo interpartidário que tem apoiado o presidente Sarney. Os demais ministros concordaram, a começar por Costa Couto.

O Centrão recebeu com palmas a informação do presidente de que pouco antes havia confirmado Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda. No Congresso, circulou a notícia de que Sarney havia solicitado ao deputado Roberto Cardoso Alves indicar um diretor para a Caixa Econômica Federal.

No encontro com Sarney, os integrantes do Centrão fizeram muitas críticas a ministros e ocupantes de segundo e terceiro escalões, que continuam, disseram eles, favorecendo parlamentares que não ajudam o presidente, muito menos o governo. Foi citado o exemplo da indicação de delegado do Iapás em Campina Grande (PB), atendendo a pedido do deputado Cássio Cunha Lima (PB), que faz parte do "Movimento de Unidade Progressista" (MUP), o grupo mais à esquerda do PMDB, "que nunca votou a favor do governo".

O exemplo paraiaba provocou críticas de alguns dos presentes ao ministro Renato Archer (Previdência Social); ao superintendente do Inamps, Ezio Cordeiro; ao ministro Aníbal Teixeira (Seplan); ao governador Moreira Franco; ao ex-governador Franco Montoro e, ainda, ao presidente e ao vice-presidente do BNDES, Márcio Fortes e André Montoro Filho.

O próprio presidente da República, segundo contaram os parlamentares, queixou-se muito do governador do Rio de Janeiro, pela sua ação a favor da reforma tributária, aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte, e pelo seu atual comportamento a favor do mandato de quatro anos.

Mas o Moreira continua com a presidência do BNDES", disse um parlamentar, não recebendo resposta de Sarney. Pouco depois, o deputado Roberto Jefferson (RJ), vice-líder do PTB, tentou sensibilizar o presidente sugerindo a nomeação para o Ministério da Previdência "de um político que representasse o Centrão, com a cara do Centrão, como Roberto Cardoso Alves".

Sarney sorriu, mas não alimentou a sugestão, permitindo que outros parlamentares lembrassem que o presidente enfrenta muitas dificuldades e não poderia resolver tudo de uma só vez. Sarney gostou dos comentários.

Antônio Carlos Magalhães fez

questão de incentivar as críticas a Moreira Franco. Revelou que pesquisa recente mostrou que o governador do Rio foi considerado "muito pior do que o Brizola", disse ainda que o índice negativo de Moreira Franco já atingiu 46% — que deve ser o mais alto do País no sentido contrário.

Alguns dos políticos presentes disseram ao presidente que o ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, está ignorando os deputados e senadores, atendendo e liberando recursos diretamente com os prefeitos. Um dos parlamentares garantiu que Sarney não gostou do que ouviu.

O líder governista Carlos Sant'Anna falou da votação em plenário de alguns temas polêmicos, como reforma tributária, sistema de governo e duração do mandato presidencial. Cardoso Alves garantiu que será possível conseguir mais de 30 votos a favor do presidencialismo fora do Centrão, inclusive no PDT e no PT. Bonifácio de Andrada (parlamentarista) informou que há entendimentos para uma fórmula mista, com o fortalecimento efetivo do Poder Legislativo. Foi lembrado que há uma boa proposta presidencialista, dos deputados Nivaldo Barbosa (PDT) e Theodoro Mendes (PMDB).

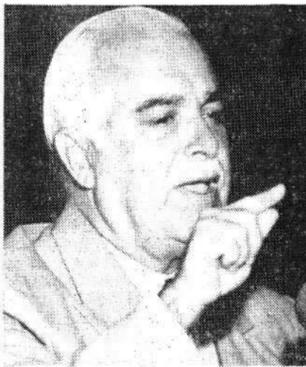
Os integrantes do Centrão revelaram que a maior preocupação do presidente, na conversa, foi com a reforma tributária. Sarney fez apelo ao Centrão para promover mudanças, acentuando que, pelo texto aprovado na Comissão de Sistematização, a União "vai quebrar" e não haverá recursos nem para atender compromissos com o funcionalismo. O Planalto responsabiliza o governador Moreira Franco e os deputados Francisco Dornelles (PFL) e José Serra (PMDB) pela reforma tributária aprovada.

Segundo Sarney, do total de recursos previstos para a União na tributação, 33% restariam apenas 18%, descontados os encargos e obrigações federais. Os estados ficariam com 45% e os municípios com 22%. O presidente pediu urgente reformulação na parte tributária do substitutivo Bernardo Cabral, "mas sem prejudicar os municípios, principalmente". Para o governo, se os estados ficarem com o percentual previsto de 45%, deveriam ficar também com boa parte dos encargos hoje atribuídos à União.

Além dos quatro ministros, estiveram no Alvorada com o presidente da República os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB), Bonifácio de Andrada (PDS), Marcos Lima (PMDB), Ricardo Fiúza (PFL), Gastone Righi (PTB), Luiz Eduardo Magalhães (PFL), Roberto Jefferson (PTB), José Lins (PFL) e os líderes Carlos Sant'Anna (governo) e José Lourenço (PFL).

Informado da reunião, o líder do PDS, Amaral Neto, queixou-se a vários coordenadores do Centrão. Ele protestou, principalmente, do fato de o Centrão estar a serviço do presidente Sarney, afirmando que esse não é nem pode ser o objetivo do grupo.

Brasília/Agência Estado



Antônio Carlos Magalhães



Borges da Silveira



Cássio Cunha Lima



Ronaldo Caiado

Caiado faz elogios ao desempenho do Centrão

AGÊNCIA ESTADO

Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), disse ontem em Brasília, em conversa com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, que vê "com muito bons olhos" o desempenho do Centrão na Constituinte. Para Caiado, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, havia assumido uma "postura ditatorial" à frente da Constituinte. "Finalmente foram tomadas as rédeas democráticas", alegrou-se. E continuou: "Agora existem normas claras e rígidas, e que prevaleça a vontade da maioria. Só temos de apoiar essa visão de estadista que os constituintes tiveram".

Mas não é apenas Caiado que está satisfeito com o desempenho do Centrão. A vitória do grupo na aprovação do regimento interno da Constituinte, obtida por larga margem na sessão de anteontem, garante uma maior segurança à classe empresarial, "principalmente no sentido de começar a programar novos investimentos para este ano", afirmaram ontem, em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fe-

deralsul) e da Associação Comercial de Porto Alegre, César Rogério Valente, e o presidente em exercício do Centro das Indústrias do Estado (Ciersg), Antonio Carlos Smith.

Com a vitória do Centrão, ficou evidente a predominância do "bom senso na área parlamentar", acredita o empresário César Valente, para quem os "esquerdistas que tomaram de assalto a Comissão de Sistematização" estão agora relegados a um segundo plano. Não há dúvida, observou ele, que houve uma alteração muito positiva no contexto geral da Assembléia Nacional Constituinte.

Para o presidente em exercício do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, a votação do regimento possibilitará à Constituinte um "retomar dos rumos", permitindo que ela volte "a andar novamente, abandonando o compasso de espera em que se encontrava". Agora, com a certeza de se ter vencido uma nova etapa, será possível "trabalhar com mais rapidez", argumentou o empresário Antonio Carlos Smith, que considera a vitória não só do Centrão, mas da maioria dos constituintes, que, nestas festas de fim de ano, quando mantiveram contatos com suas bases, "devem ter notado a ân-

da da população por mais rapidez nos trabalhos constitucionais". Ao elogiar a constituição do Centrão, que, na sua opinião, "livrou o País — e mais especificamente a Constituinte — dos extremismos", Smith argumentou que a alteração do regimento tornará a Constituinte "muito mais democrática", a partir da garantia de participação do maior número possível dos seus membros. O Centrão "prestou um favor ao País", diz o industrial gaúcho, ao demonstrar a impossibilidade de aprovação de itens que provenham de minorias, garantindo a elaboração de uma Constituição que, realmente, seja o fruto do pensamento da maior parte de seus integrantes.

Também o líder do PDS, deputado Amaral Neto, defendeu a atuação do Centrão, ontem em Brasília, e aproveitou para refutar as críticas dos adversários do grupo que dizem que os seus integrantes estariam articulados com o presidente da República para impor os seus pontos de vista na Constituinte. O Centrão, disse ele, é "um agrupamento partidário, ideológico e doutrinário", sem vínculos com o governo Sarney, e que apenas quer "fazer a Constituição que interessa ao Brasil".

Emenda antecipa votação do mandato e do regime

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Menos de 24 horas após ter sido aprovado, o regimento interno da Constituinte recebeu a primeira proposta de alteração. O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, apresentou ontem projeto de resolução que altera o regimento, estabelecendo que a duração do mandato presidencial e o sistema de governo deverão ser votados em primeiro lugar. O projeto, segundo o deputado, já conta com muitas adesões, inclusive de líderes como o senador Márcio Covas (PMDB-SP) e, por isso, será facilmente aprovado.

Em sua justificativa, Brandão Monteiro afirma que "estes temas polêmicos impedem que se chegue ao esperado consenso nas demais questões constitucionais". Acrescenta que "esse parece ser o caminho mais adequado para que a Nação tenha em breve a tão sonhada Constituição". O líder pedetista ressaltou que, "depois de decididos a duração de mandato e o sistema de governo, o presidente Sarney terá tranquilidade política para concluir seu mandato".

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, acha simpática a proposta. Embora na terça-feira tenha sido taxativo ao observar que seria boa a ideia de antecipação, ontem já foi mais reticente. Ele anunciou que "agora já estamos trabalhando com um calendário onde nossas unidades são as semanas e a conclusão dos trabalhos está próxima. Dentro de no máximo dois meses tudo estará concluído. Se estivéssemos fazendo previsão para daqui a seis meses ou um ano, seria o caso de investir nesta antecipação. Mas agora, creio que os trabalhos terão curso normal e em breve tudo estará acabado". Mesmo com esta resposta, o deputado Ulysses Guimarães não pretende causar dificuldades caso os constituintes decidam antecipar a votação sobre sistema de governo e mandato presidencial.

Um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) é favorável à antecipação da votação sobre sistema de governo, mas não concorda que o mandato presidencial também seja objeto de destaque. Para ele, é fundamental que se reflita

sobre o sistema de governo porque, dependendo do que for definido, muitos outros capítulos precisarão ser alterados.

Já o líder do PMDB na Constituinte, Márcio Covas, é amplamente favorável à antecipação: "Esta medida eliminará os dois elementos perturbadores da Constituinte e os seus trabalhos transcorrerão mais serenamente", disse. Brandão Monteiro decidiu apresentar uma proposta de alteração do regimento interno porque encontrou dificuldades em firmar um acordo de liderança. Esse acordo permitirá, sem maiores entraves, a antecipação da votação desses dois pontos. Segundo ele, a maior resistência vinha do líder do PFL, José Lourenço, que se negava a assinar o acordo proposto.

Brandão Monteiro revelou que seu partido apresentará um total de 104 emendas ao esboço de Constituição, mas esquivou-se de revelar, entretanto, quais serão as estratégias para enfrentar o Centrão: "A hora é de nos organizarmos e falar menos".



Aureliano entrega a Ulysses 15 propostas de emendas

Projeto de Aureliano é contra o monopólio

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, entregou ontem ao presidente da Constituinte um conjunto de 15 propostas de emendas ao anteprojeto de Constituição ligadas aos setores mineral, energético e petrolífero. As principais dizem que o monopólio do petróleo não deverá estender-se à distribuição, que o imposto sobre minerais deve ser único e que o contrato de risco só deve existir a título de reciprocidade.

Aureliano propõe ainda que seja acrescentado ao item 182 do esboço da nova Carta um adendo estabelecendo que caberá à União a instituição de imposto único sobre produção, importação, circulação e distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos e de energia elétrica, que permitirá ao governo manter a taxa compulsória hoje existente sobre a gasolina e o álcool.

As propostas foram encaminhadas durante reunião com a presença de vários líderes de partidos como José Lourenço (PFL), Márcio Covas (PMDB), Carlos Sant'Anna (PMDB), e presidentes de estatais ligadas ao Ministério das Minas e Energia. A saída, Ulysses Guimarães informou que os líderes "ficaram impressionados com a exposição do ministro Aureliano Chaves", e que ele, como presidente, vai fazer com as emendas sugeridas "circulem em todas as lideranças".

Ao defender a tese de que o mo-

nopólio do petróleo não deve estender-se à distribuição, Aureliano explicou que a medida não conviria ao País "porque a Petrobrás vem concorrendo de maneira brilhante e efetiva no setor de distribuição de petróleo, e hoje já detém a maior parcela do mercado — 35% — seguida pela Shell, com 21%, Atlantic, Esso, Ipiranga e Texaco". A partir de agora, disse ele, "temos de concentrar nossos esforços em ampliar as reservas nacionais e criar condições para que o País possa ser auto-suficiente".

Outro item que tem de ser alterado é o que trata do imposto sobre mineração. Se a carga for alta, alega Aureliano, prejudicaremos nossa competitividade no campo externo. Sobre o contrato de risco, o ministro é favorável à sua extinção, porque a Petrobrás hoje é competitiva, e os resultados auferidos com esses contratos "não foram satisfatórios". Ele defende sua permanência "apenas para casos de reciprocidade, por causa da Braspetro", subsidiária da Petrobrás que atua no Exterior, "e não há razão para fecharmos as portas a outros países que nos dispensam tratamento de abertura". Aureliano quer ainda a alteração do dispositivo que determina que toda a atividade nuclear seja admitida somente para fins pacíficos e submetida à aprovação do Congresso Nacional. A redação correta, sugere, seria: a) Toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos; b) A lei especificará as atividades que dependerão de aprovação do Congresso Nacional.

O governador muda de novo sua posição

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O atual governador de São Paulo mudou novamente de posição. Convocado pelo presidente Sarney, ele disse, ontem, no Palácio da Alvorada, que é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente, contrariando declarações recentes em que defendia um período de quatro. Durante mais de uma hora, os dois conversaram sobre a duração do mandato presidencial, sistema de governo e a necessidade de urgência na votação da Constituinte.

Quêrcia negou que pretenda ser candidato à sucessão de Sarney ainda este ano. Mas em 1989 "seria uma outra realidade". De acordo com sua receita, o candidato ideal do PMDB deve ter condições de unificar o partido e também conseguir o apoio de Sarney. Indagado se ele próprio formaria este perfil, disse que gostaria de ser o candidato do povo.

Ao presidente da República, o governador afirmou ainda que a tendência na Constituinte é pela aprovação dos quatro anos de mandato. Sarney nada comentou, apenas reafirmando que cumprirá a decisão dos constituintes. Quêrcia também disse que não tentará influir para reverter o quadro, ao contrário do que fará para que seja aprovado o regime presidencialista.

O governador garantiu que nunca esteve contra a escolha de Mailson da Nóbrega para o Ministério da Fazenda e disse que as consultas que fez em São Paulo sobre seu nome sempre foram favoráveis. Do palácio, Quêrcia seguiu para a casa do ministro Renato Archer, onde se encontraria com Ulysses Guimarães.

Unidade sindical divide CUT e CGT

ITABORAÍ MARTINS

Um racha está surgindo no que é considerado o mais eficiente lobby na Constituinte, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap): a CUT quer a possibilidade constitucional de haver mais de um sindicato da mesma categoria, dentro de uma mesma cidade ou área de jurisdição (pluralismo), enquanto a CGT, as confederações nacionais de trabalhadores e o PCB defendem o princípio da unicidade, tal como existe no Brasil há mais de 50 anos e deverá continuar a existir, se não for alterado o artigo 10 do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. O Diap surgiu há dois anos, já com vistas à Constituinte, conseguindo o apoio unânime do movimento sindical brasileiro e, logo a seguir, do PT, PDT, PCB, PS e PC do B. Até há pouco, ele representava uma frente monolítica, conseguindo seguidas vitórias na Constituinte, mas ultimamente têm surgido opiniões divergentes, de entidades do porte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, por exemplo.

A EMENDA

Entretanto — e sem ter nada que ver com essa nova briga entre CUT e CGT —, um grupo de advogados e sindicalistas, liderado pelos advogados trabalhistas Mário Carvalho de Jesus (notabilizado pela longa e histórica greve na Fábrica de Cimento Perus, em 1967) e Renato Ruas (também professor de Direito), procurou, há dias, o professor Octávio Bueno Magano (titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP), solicitando-lhe uma exposição de

motivos, ou justificativa, à emenda ao artigo 10 e respectivos parágrafos do projeto de Constituição. Essa emenda, a ser apresentada pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), tem a seguinte e simples redação: "É livre a associação profissional".

A justificativa, de autoria do professor Magano, ressaltava que "pluralismo político constitui sintoma de democracia, ao passo que unidade sindical pressupõe autoritarismo". Mais adiante, o professor esclarece que o termo pluralismo não se confunde com o vocábulo pluralidade, "significando o primeiro garantia de liberdade e o segundo existência concreta e simultânea de múltiplas entidades sindicais. E nisto já reside a primeira vantagem do pluralismo sobre a unicidade, pois que — repita-se — o primeiro constitui garantia de liberdade, sem prejuízo de que os trabalhadores optem por erigir, com as suas próprias forças, regime unitário, ao passo que a segunda caracteriza-se sempre como imposição estatal".

O estudo de Magano diz, ainda, que "inexiste, no mundo ocidental, país democrático com unicidade sindical; nem mesmo em Portugal, onde, durante certo tempo, a CGT comunista exerceu poderes hegemônicos, a ideia em causa pôde prevalecer". Adiante, afirma que o sistema de sindicato único, tal como existe no Brasil, é responsável pela "proliferação dos sindicatos fantasmas" e pela existência de "mordomias e corrupção", daí resultando "a vocação demagógica de muitos dirigentes sindicais".

CARDOSO ALVES

Pouca gente sabe, mas o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos

A volta do Centro Democrático

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Líderes do desativado Centro Democrático do PMDB garantiram, ontem, que o grupo será dinamizado e voltará a atuar no partido e no plenário da Constituinte e das Casas Legislativas. Reunidos anteontem à noite no apartamento do deputado cearense Expedito Machado, parlamentares do Centro Democrático decidiram não apoiar nenhum movimento de transformar o Centrão no embrião de um novo partido.

Ficou acertado que o Centro Democrático assinará as emendas do Centrão ao projeto de nova Constituição, para colaborar na sua formalização, já que o número de assinaturas exigido é de 280, no mínimo. Mas não haverá nenhum compromisso prévio de votar todas as propostas, segundo informou um dos líderes do Centro Democrático.

No campo interno, o grupo liderado por Expedito Machado tentará influenciar, concretamente, na escolha do líder da bancada do PMDB na Câmara, em março; e, nas renovações do diretório e Comissão Executiva nacional, em junho.

O deputado Roberto Cardoso Alves (SP), um dos principais coordenadores do Centrão, não foi chamado a participar da reunião do Centro Democrático. Para ele, é natural que o grupo moderado do PMDB não queira, desde logo, alimentar gestões para um novo partido.

Na sua opinião, o Centrão está ligado ao Movimento de Unidade Progressista (MUP) por cordão umbilical. "Se o MUP dominar o PMDB, o Centrão sai do partido. Acho que, se o Centrão dominar o PMDB, o MUP também sairá", observou Roberto Cardoso Alves. Foi-lhe dito que o MUP numericamente não tem maior expressão. Cardoso Alves contestou: "Isso é o que vocês pensam. O MUP é a ponta do iceberg da grande esquerda do PMDB, liderada por Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco e outros".

FUTURO DO CENTRÃO
De parte do PTB, o líder Gastone Righi esclareceu que a sua agremiação não integraria um novo partido originário do Centrão. "O PTB, porém, após a tese do Centrão de se transformar em partido moderado", disse.

Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS) e José Lins (PFL), ao contrário de Afif Domingos (PL), acham que o Centrão não será dissolvido tão cedo. Os dois parlamentares informaram que o grupo tem missões relevantes a cumprir, como a discussão e votação do projeto de Constituição no plenário da Constituinte e, logo em seguida, elaboração e votação de leis complementares à nova Constituição.

José Lins e Bonifácio de Andrada admitiram a possibilidade de o Centrão ser o embrião de um novo partido de centro. O deputado Marcos Lima (PMDB), um dos líderes do Centro Democrático e também membro do Centrão, porém, não acredita na possibilidade de o Centrão promover a organização de um novo partido.

CUT e CGT

líderes do Centrão e freqüentemente apresentado como político de direita, tem antigas ligações com o movimento sindical de inspiração cristã. Ele mesmo pertenceu ao antigo Partido Democrata Cristão, filiando-se à escola de Queiroz Filho. Há mais de 20 anos, Cardoso Alves (ou Roberto, como é às vezes chamado, por sua estatura) apoiava abertamente os milhares de empregados de J.J. Abdalla (Fábrica de Cimento Perus, Carioba, Companhia Cajamar, etc.) em suas lutas por melhores condições de vida. Por mais que se lhe façam críticas, não se pode dizer que o deputado seja um "estranho no ninho" do sindicalismo.

PATRÕES TAMBÉM

É bom ressaltar que o sistema de sindicato único diz respeito não só aos trabalhadores como também aos patrões. A legislação trabalhista brasileira, na sua parte sindical, trata autoritariamente patrões e empregados por se ter inspirado na legislação trabalhista italiana de 1926 (Carta del Lavoro), dentro da máxima de que "tudo deve estar dentro do Estado", absolutamente nada contra o Estado". Há mais de 40 anos que esse tipo de visão autoritária não existe mais na Itália, mas persiste no Brasil, mormente em assuntos sindicais.

O sindicato único tem sido defendido por setores patronais exclusivamente devido à chamada contribuição (imposto) sindical, que sustenta todo o arcabouço. Já quanto aos trabalhadores, principalmente nas áreas de maior influência do PCB, além da relevância da contribuição sindical obrigatória como fonte de renda, existem razões de ordem tática e estratégica para a defesa do sindicato único.